



O Social em Questão

ISSN: 1415-1804

ISSN: 2238-9091

osq@puc-rio.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
Brasil

Marinho, Silvana

Juventude(s) trans: subjetividades e corporalidades possíveis no mundo do trabalho?

O Social em Questão, vol. 20, núm. 38, 2017, Maio-, pp. 111-132

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552256732017>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais informações do artigo
- ▶ Site da revista em redalyc.org

LUZEM  
redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa  
acesso aberto

# Juventude(s) trans: subjetividades e corporalidades possíveis no mundo do trabalho?

Silvana Marinho<sup>1</sup>

## Resumo

O artigo refletirá sobre gênero, classe e juventudes como categorias em articulação. Pensar as discriminações que vivem jovens trans no mundo do trabalho é se referir a um fenômeno que exige um esforço teórico-conceitual e prático-político que não se encaixa em um único âmbito de discussão. Nesse sentido, farei um diálogo com abordagens sobre a produção de subjetividades, as categorias identidade e diferença, passando ainda pela perspectiva interseccional, numa dimensão de classe e pela paisagem do mundo do trabalho, visando às mediações com a condição de opressão e exploração que esses jovens se encontram.

## Palavras-chave

Juventudes trans; Trabalho; Subjetividades; Interseccionalidades; Classe.

## Trans youth(s): Subjectivities and corporalities possible in the world of work?

## Abstract

The article will reflect on gender, class and youth as categories in articulation. Thinking of the discriminations that trans young live in the working world is to refer to a phenomenon that requires a theoretical-conceptual and practical-political effort that does not fit into a single scope of discussion. In this sense, I will make a dialogue with approaches on the production of subjectivities, the categories identity and difference, still going through the intersectional perspective in a class dimension and the landscape of the world of work. Aiming to do mediations with the condition of oppression and exploitation that young trans found.

## Keywords

Trans youth; Work; Subjectivities; Intersectionalities; Class.

## Introdução

Este artigo busca fazer uma reflexão teórica com diferentes perspectivas analíticas em diálogo acerca das relações de gênero, juventudes e trabalho, sob o recorte de classe, tendo como motivação a interrogação de quais as (im)possibilidades de jovens trans serem trabalhadores(as) e existirem no mundo como corpos que subvertem os padrões de gênero, e, portanto, como subjetividades dissidentes. Destarte, visa-se aqui trazer alguns elementos para uma análise inicial sobre juventudes trans e a temática das subjetividades no Serviço Social, a partir da categoria trabalho.

Pensar a constituição de sujeito jovem trabalhador/a e de sujeito jovem trans, em relação, é refletir sobre as possibilidades e impossibilidades destes se constituírem como trabalhadores/as e como trans, incluindo nesta construção de si o ser jovem. A relação de constituição de sujeito jovem trans trabalhador/a é, pois, uma relação de tensão, qual seja, do trabalho como possibilidade/potência para suas vidas (material e espiritual) e, por outro lado, do trabalho como espaço de abjeção, utilizando-se, desse modo, da categoria abjeção de Judith Butler<sup>2</sup>, ou seja, reconhecendo o trabalho, na cultura ocidental, como um espaço que, por ter uma matriz de inteligibilidade social e cultural de gênero, não aceita corpos que fogem à essa inteligibilidade.

Tratar das discriminações no mundo do trabalho que vivem jovens trans é se referir a um fenômeno que exige um esforço teórico-conceitual e prático-político que não se encaixa em um único âmbito de discussão. Portanto, requer o ponto de vista sociológico e antropológico. Exige considerar, fundamentalmente, as determinações concretas da realidade, ou seja, o solo histórico e material das relações de gênero e das vivências das juventudes trans, que, no caso, é a sociedade capitalista.

Para este intento, diante de um vasto quadro teórico conceitual das Ciências Sociais, caminharei por um olhar crítico-dialético em articulação às leituras socioantropológicas, dada a importância sociológica que a vivência trans expressa. Assim, irei dialogar com autores que discutem os estudos culturais, pois trazem contribuições relevantes para a discussão de gênero. O diálogo também se desenvolverá com algumas leituras de Richard Sennett, Michel Foucault e Félix Guattari, que, apesar de não seguirem a teoria social crítica marxista, trazem contribuições e ferramentas analíticas importantes ao debate, sobretudo para pensar a produção de subjetividades, considerando a imensa dimensão que os campos do gênero e da geração nos desafiam a tatear.

Nesse sentido, abordarei a produção de subjetividades, as categorias identidade e diferença, passeando ainda pela perspectiva interseccional numa dimensão de classe e pela paisagem do mundo do trabalho, na intenção de empenhar mediações com a condição de opressão e exploração que jovens trans se encontram.

### **Juventudes, gênero e transexualidade: situando o debate**

Os âmbitos da economia e da política, juntamente com o da cultura, irão contribuir para determinar modos de vida, e, portanto, modos de constituição das relações de gênero e juventudes. Destarte, cabe assinalar que falar de juventude é tratar de uma categoria histórica e social, e, portanto, sociológica. Debruçar-se sobre juventude exige considerá-la como um conceito plural, com determinantes históricos, sociais e culturais, o que nos permite observar diferentes juventudes, permeadas por diferentes marcadores sociais, como classe social, gênero, raça/etnia, orientação sexual, religião, região, territorialidade, etc.

Na Política Nacional de Juventude (2006) a juventude é uma condição social parametrizada por uma faixa-etária, que, no Brasil, compreende pessoas com idade entre os 15 e os 29 anos, assinalando-se que a classificação etária serve apenas como um parâmetro social para o reconhecimento político da fase juvenil, servindo como uma referência imprescindível e genérica para a elaboração de políticas públicas. A Política Nacional de Juventude, pelo menos no plano formal, reconhece ainda que o entendimento do ser jovem no Brasil contemporâneo deve ser mais amplo, compreendendo que está imerso – por opção ou por origem – em uma multiplicidade de identidades, posições e vivências, dando a devida importância para o reconhecimento da existência de diversas juventudes no país, as quais compõem um complexo mosaico de experiências, devendo ser valorizadas no sentido de se promover os direitos dos/das jovens.

Conforme Sarmiento (2005), a primeira tarefa a que se propõe a sociologia da infância é a de considerar a “geração” uma categoria estrutural relevante na análise dos processos de estratificação social e na construção das relações sociais. O resgate do conceito de “geração” impõe a consideração da complexidade dos fatores de estratificação social e a convergência sincrônica de todos eles; a geração não dilui os efeitos de classe, de gênero ou de raça na caracterização das posições sociais, mas conjuga-se com eles, numa relação que não é meramente aditiva nem complementar, antes se exerce na sua especificidade, ativando ou desativando parcialmente esses efeitos.

No que diz respeito ao uso do termo *trans*, tal escolha se dá para exprimir as diversas experiências no terreno das relações e dos sentimentos de pertencimento, considerando a existência de jovens que vivenciam uma expressão de gênero divergente das expectativas sociais atribuídas a sua genitália de nascimento. Essas experiências juvenis são assignadas pelos próprios sujeitos sob diferentes signos identitários e autodenominações como pessoas travestis, transexuais, transgêneras (homens trans e mulheres trans), não-binárias (aquelas que não se enquadram no que é ser homem ou mulher cisgênero/a<sup>3</sup>), dentre outras autodeterminações que compõem o mosaico de pertencimentos de gênero. Trata-se, assim, de grupos culturais com modos de vida juvenil distintos, porém tendo em comum a corporificação de vivências de gênero fora dos padrões hegemônicos.

Na intenção de ilustrar essas corporalidades como uma relação de conflito com os padrões e as normas de gênero é relevante citar Bento (2006) quando assevera que ao olharmos para a experiência transexual veremos que ela quebra os paradigmas que traduzem a construção social de gênero necessariamente associada à anatomia da genitália do indivíduo. Em outras palavras, rompe com a ideia de que se a pessoa nasce com uma genitália feminina, tenha que automaticamente ser do gênero feminino e vice-versa, podendo assim ser entendida como uma experiência de conflito com os padrões e as normas de gênero, pois que, esses padrões e normas criam e reproduzem, socialmente, o entendimento de que a anatomia da genitália é o único disparador para se definir o que é ser homem e o que é ser mulher.

A respeito do conceito de gênero, este se encontra em terreno de disputas. São várias as apropriações sobre o tema. Apresentarei brevemente algumas delas, que trazem leituras importantes para balizar o estudo.

De acordo com Lauretis (1994), os anos de 1960 e 1970 cunharam o conceito de gênero como diferença sexual e, por extensão, a mulher era vista como um polo oposto ao homem, concebida, ainda, como elemento genérico, sem se considerar as intersecções com pertencimento etnicorracial, classe, língua, cultura etc. Isso reverberou nos discursos que acabaram por perpetuar as diferenças estereotipadas impostas para o que é ser homem e ser mulher. Há que se lembrar que, pautada na diferenciação sexual, a categoria gênero é apropriada por correntes feministas em detrimento da palavra “sexo” pois reiteraria o biologicismo.

Foi Scott (1990), historiadora feminista norte-americana, que trouxe o olhar para a categoria gênero como categoria analítica da vida social, como construção social e como conceito relacional buscando a rejeição ao determinismo biológico.

Em sua definição clássica, a autora situa gênero nas relações de poder. “Gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (Scott, 1990, p. 14).

O conceito passa, então, a expressar uma ideia relacional, ou seja, os sujeitos se constituem e se produzem na e pelas relações, incluindo-se também os homens (LOURO, 2003). Com o entendimento de gênero como uma construção social, apreende-se que se trata de uma construção histórica, e, desse modo, há uma pluralidade do conceito (Louro, 1996), já que diversas são as formas de se constituir masculino e feminino social e historicamente, de acordo com a cultura, a sociedade, a classe, a raça, a idade, a religião etc.

Justamente por isso, a centralidade da tese de Louro (1996) sobre gênero como opção epistemológica é a de que se trata de um conceito plural, que possa transcender tanto os argumentos biologizantes quanto culturais das desigualdades. Para a autora, pensar sobre as relações de gênero epistemologicamente é fazer um corte no esquema de oposição simples cartesiano que fixa os papéis sociais de sexos e que engendra o gênero, é romper com o olhar da lógica binária. Considerando que o gênero é um constructo sócio-histórico, implica pensar que, os conceitos e as representações de masculino e de feminino mudam ao longo do tempo e do espaço. Para Louro (1996), este é um ponto importante para contrapor os argumentos essencialistas sobre gênero, desconstruir polaridades e reconhecer pluralidades no terreno dos pertencimentos de gênero.

Ao dialogar com Lauretis (1994), é possível apreender que gênero é uma representação que se materializa em comportamentos, enquanto instância fundamental da ideologia, a partir de um conjunto de relações sociais. A autora considera que a construção do gênero é produto e processo de sua representação, se processa de forma ininterrupta e também se faz por meio de sua desconstrução.

Butler (1999), nas suas interrogações sobre as possibilidades de articular performatividade e matéria, infere que a categoria do “sexo” é, desde sempre, normativa. Ou seja, “aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural” (BUTLER, 1999, p. 155). Do mesmo modo, a diferença sexual não se resume às supostas diferenças materiais, porque ela é simultaneamente marcada e formada por práticas discursivas.

Concordantemente com Louro (1996), a construção do gênero envolve o corpo, ou seja, o gênero se inscreve nos corpos, os sujeitos corporificam determinados comportamentos, gestos. As novas abordagens de gênero extrapolam a compreen-

são apenas pelo binarismo. É válido dizer que, se o conceito de gênero o apresenta não como uma categoria fixa, mas como categoria construída social e historicamente, o sexo e o corpo também não são fixos e precisam ser historiados, compreendidos também como construção social. Nesse sentido, é possível traduzirmos que os sujeitos/corpos podem reafirmar marcas de sua submissão, mas também podem expressar formas de subversão aos padrões de gênero hegemonicamente instituído.

A partir desse rápido passeio por algumas tendências em torno do conceito de gênero, se pôde perceber que se trata de uma forma de classificação social – construída, produzida, desconstruída e reproduzida socialmente – que, articulada a outras variáveis classificatórias, desenha relações sociais de poder, ao mesmo tempo em que, sendo também um conceito plural, se trata de vivências e experiências múltiplas de sujeito.

Com os estudos na linha perseguida aqui, é possível entender que gênero permite abranger um leque de pertencimentos para além do binômio homem e mulher, contemplando travestis e transexuais, bem como outras formas de masculinidade e de feminilidade com as pessoas gays, bissexuais e lésbicas. Todos estes indivíduos se inscreverão na teia de signos e representações que incidem sobre o gênero e assim também na teia de hierarquias, opressões e exploração capitalista.

É possível observar, no cenário brasileiro, a presença crescente de pessoas trans na mídia, em reportagens, em programas de televisão, nas redes sociais, nos filmes e até mesmo em cargos públicos de visibilidade, o que interage com o imaginário social acerca da diversidade de gênero. Ademais, sob o impulso dos processos de lutas e manifestações da comunidade de pessoas travestis e transexuais durante as últimas décadas do século XX, o assunto vem ganhando espaço e se espalha no campo acadêmico brasileiro com estudos e pesquisas nas Ciências Sociais, e também nas Ciências Jurídicas, para além do terreno da Psicanálise e Psicologia, que historicamente trataram do tema.

A predominância do assunto transexualidade, por exemplo, nos domínios da Psicanálise e da Psicologia, é tributária da sua edificação pelo campo biomédico (sobretudo sexólogos, endocrinologistas, psicanalistas), que se deu ao longo do século XX sob o termo “transexualismo”<sup>4</sup>, justamente pela semântica do sufixo “ismo” estar atrelada à patologia, como era visto o “fenômeno transexual” (Harry Benjamin), ou seja, como um “transtorno mental” em referência a um “transtorno de identidade de gênero” (Robert Stoller) pela incongruência entre sexo (biológico) e gênero (sociocultural), uma contração definidora da identidade de homem e de mulher (CASTEL, 2001).

A experiência transexual foi edificada, assim, como uma produção médica e não como uma consciência de si (de gênero), uma subjetividade engendrada na mediação com as transformações que o campo da cultura opera. O entendimento da transexualidade como experiência identitária só foi possível no campo das Ciências Sociais ao tomar como objeto de preocupação os estudos sobre sexualidade<sup>5</sup> pelo paradigma teórico da construção social a partir da década de 1970 e sobre os estudos das relações de gênero, quando de algumas inflexões e revisões pelas quais a categoria gênero passou ao longo dos anos de 1990.

### **Produção de subjetividade(s), identidade(s) e diferença(s): um debate interseccional na dimensão de classe**

As subjetividades se engendram e se singularizam por relações sociais determinadas pela estrutura social que, por sua vez, é marcada por relações de poder como classe, gênero, raça, geração etc, derivadas de ideologias dominantes e opressoras como a ideologia burguesa, adultocêntrica, heteronormativa e sexista.

Na literatura do Serviço Social, tenho acompanhado que, embora de forma tímida, alguns/as autores/as têm reconhecido que a temática da subjetividade não pode ser desconsiderada no âmbito do marxismo, assim como não pode prescindir de uma análise do capitalismo (SILVEIRA, 2002; DUARTE; 2010).

O capital expressa uma grande coleção de mercadorias, e, do mesmo modo, o trabalho na sociabilidade do capital produz mercadorias, produzindo também o sujeito como mercadoria, porque produz mercadorias em geral (MARX, 2005). Se o capital produz relações sociais mercadorizadas, não há como tratar disso de modo abstrato, mas sim de maneira concreta, pensando a produção de sujeitos e de subjetividades, a produção de modos de vida, formas de pensar e modos de existência.

A contribuição de Sennett (2000) se mostra importante para o debate deste estudo, pois esse autor está preocupado com a formação de valores, de vínculos, de narrativas de identidade de indivíduos que estão sob uma nova racionalidade do que ele chama de novo capitalismo: a racionalidade da flexibilidade e seus desdobramentos, como o efêmero e o fragmentário, o presenteísmo, a imediaticidade, a adaptabilidade às mudanças e aos riscos. Discordando do autor sobre o termo “novo”, prefiro me referir ao capitalismo no contexto neoliberal. Tem importância o que Sennett (2000, p.23) questiona:



Como os sujeitos podem buscar objetivos de longo prazo numa sociedade de curto prazo? Como pode um ser humano desenvolver uma narrativa de identidade e história de vida numa sociedade composta de episódios e fragmentos?

As leituras de Foucault (1982) e Guattari (1996) ajudam a situar que a produção da subjetividade não está associada ao indivíduo/psiquismo, ao contrário, é algo objetivo, é histórica, cultural, pois é produzida pelo processo coletivo. Por essa lógica, articula-se, então, a noção de poder, que para Foucault não é um lugar, é uma relação. A importância da analítica do poder de Michel Foucault para este estudo está na ideia de que o poder não é unilateral.

Com Foucault (1982), é possível compreender que a constituição de sujeitos é um processo coletivo e histórico, portanto, se dá por formas de assujeitamento, por modos de subjetivação que se alteram permanentemente. Este autor, ao analisar o poder, traz o debate da biopolítica e do controle, posto que o poder se dá capilarmente, visando ao controle de formas de pensar e à regulação de populações. Ademais, para Foucault, as relações de poder que nos atravessam e nos forjam acabam por nos conduzir a legitimar a rede de funcionamento do poder.

As formulações sobre subjetividade de Félix Guattari (1996) têm uma importância central para esse estudo. Ela expressa uma tentativa de controle social. O autor considera que uma das subjetividades é a capitalística – já que a produção de subjetividades está ancorada pela dimensão capitalista da vida social – isso, porém, não vai significar um aprisionamento absoluto. Desse modo, as formulações guattarianas tratam dos processos de singularização, ao mesmo tempo em que nos faz entender que os sujeitos têm uma subjetividade modelizada e suas percepções de mundo são constituídas a partir de um universo socioeconômico e cultural, de uma ordem capitalística, já que, sujeito e sociedade não se separam, assim como não há cisão entre o subjetivo e o objetivo.

Já no que tange à identidade, cabe citar que Louro (2003) trata do conceito a partir de uma aproximação às formulações críticas dos estudos feministas e dos estudos culturais que compreendem o sujeito com identidades plurais, múltiplas, não fixas e que se transformam. A autora entende o gênero como constituinte da identidade dos sujeitos, ou melhor, *fazendo parte do sujeito*. Considerando que não se pode dissociar indivíduo e sociedade, os sujeitos se constituem pelas relações sociais de gênero (e também pelas relações de classe, raça, etnia, geração etc) e as constituem, e, do mesmo modo, as instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros e constituintes dos gêneros.

Convém discernir identidade sexual de identidade de gênero. Embora gênero e sexualidade sejam dimensões da vida social que se imbricam, não são a mesma coisa. As identidades sexuais se constituem pelas maneiras como as sexualidades são vividas, se com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as. As identidades de gênero se referem a como os sujeitos se identificam, social e historicamente, como masculinos ou femininos (LOURO, 2003).

As identidades são, também, marcadores de diferença. De acordo com Louro (2008, p. 22), “a diferença é produzida através de processos discursivos e culturais. A diferença é ensinada”. Trata-se de um atributo que só faz sentido ou só pode se constituir em uma relação, afinal, a diferença não pré-existe nos corpos dos indivíduos para ser simplesmente reconhecida. A diferença é, portanto, atribuída a um sujeito (a um copo ou a uma prática) no momento em que relacionamos esse sujeito a um outro que é tomado como referência (LOURO, 2008).

Identidades e diferenças se forjam por constructos simbólicos, culturais e sociais. Isso quer dizer que há uma produção social da diferença. Na linha perseguida por Silva (2014, p.50):

A diferença pode ser construída negativamente – por meio da exclusão ou da marginalização daquelas pessoas que são definidas como “outros” ou forasteiros. Por outro lado, ela pode ser celebrada como fonte da diversidade, heterogeneidade e hibridismo, sendo vista como enriquecedora (SILVA, 2014, p.50).

O olhar desse artigo para os processos de diferenciação é o de encará-los não somente como desigualdade e opressão, mas também como afirmação de identidade e diversidade, sem se perder de vista a historicidade das relações de gênero e geração, ou seja, relações inscritas numa base social e historicamente determinada: a sociedade capitalista, essencialmente excludente.

É próprio da ideologia burguesa e do conservadorismo naturalizar as diferenças e transformá-las em desigualdades, ensejando, assim, práticas discriminatórias. Silva (2014) nos adverte que:

O social e o simbólico referem-se a dois processos diferentes, mas cada um deles é necessário para a construção e a manutenção das identidades. A marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído. É por meio da diferenciação social que essas classificações da diferença são “vivas” nas relações sociais (SILVA, 2014, p.14).

É a partir do entendimento de que a realidade se constitui pela intersecção das categorias classe, raça/etnia, gênero, geração, sexualidade, orientação religiosa, deficiências etc, indicando a multiplicidade de diferenciações de marcadores culturais e sociais em articulação, que é possível nos aproximar de uma visão de totalidade social. Na esteira desse debate estão as abordagens das interseccionalidades e/ou categorias de articulação, que possuem status teórico indissociável à luta feminista.

Considerando que o termo interseccionalidade<sup>6</sup> trata de um conceito que tem um estatuto teórico com algumas divergências no pensamento feminista, irei me debruçar sobre a linha chamada construcionista, tendo em vista a maneira como essa abordagem se apropria de diferença, poder e margens de agência (*agency*) dos sujeitos.

Como assinala Piscitelli (2008), as leituras construcionistas tratam dos aspectos dinâmicos e relacionais da identidade social, examinando a diferença como experiência, como relação social e como identidade, e, nesse sentido, a identidade se altera como resultado de práticas de articulação entre os marcadores, não apenas como formas de categorização exclusivamente limitantes.

Diante deste entendimento, é possível compreender que a ideia de diferença não deve ser adunada à de desigualdade. Nas leituras construcionistas, a diferença nem sempre se constitui como um marcador de hierarquias ou opressão, podendo ser vista como diversidade e formas de agência política. Além disso, sob a ótica construcionista o poder não é unilateral, ao contrário, é apreendido como relação, e, portanto, como potencial para formas de resistência e como possibilidade de agenciamento do sujeito, ou seja, sua capacidade de agir, mediada cultural e socialmente.

Diante do exposto, a abordagem interseccional é uma importante chave para mediar o desafio de apreender os processos identitários (sejam os de gênero e também os de geração) inscritos numa realidade macrossocial de dominação e exploração próprias da ideologia dominante classista, mas também no campo da cultura, que opera, contraditoriamente, ideologias opressoras (sexistas/ transfóbicas /adultocêntricas) e resistências. Portanto, traz um olhar contributivo para se pensar a identidade e a diferença numa perspectiva dialética entre discriminações/desigualdades e diversidades.

### Jovens trans e o mundo do trabalho: subjetividades dissidentes que resistem

As juventudes trans também conformam a classe trabalhadora. É importante olhar para os processos de violação e exclusão vivenciados por esses sujeitos não apenas pelas opressões de gênero, mas também pela interseção com a classe social. Harvey (2011, p.57) destaca que o capital, para manter controle sobre o processo de trabalho, mobiliza qualquer relação social da diferença e “tais diferenças emergem como fundamentais para o funcionamento do mercado de trabalho: para o controle do capital sobre o trabalho e para a concorrência entre os trabalhadores”. Esta asserção de Harvey me faz refletir que, no espírito capitalista, a contracultura é capturada pela constante presença das relações de poder de classe, gênero, raça/etnia, orientação sexual, religião. A dominação capitalista se utiliza das hierarquias sociais e da fragmentação social para ter sempre mão-de-obra disponível, dócil e precária.

O trabalho na sociedade capitalista contemporânea encontra-se, com efeito, cada vez mais complexificado. É constituído de processos de flexibilização e de produção de um contingente excedente de força de trabalho, que engendram formas de trabalho terceirizado, precarizado, parcial, temporário, por conta-própria, virtual, informacional etc (ANTUNES; BRAGA, 2009), incidindo nas condições de vida da classe trabalhadora, sobretudo jovem.

No que se refere aos estudos sobre juventude(s), a literatura converge para opinião de que este segmento social é geralmente considerado pelas instituições sociais e também pelas políticas públicas como problemático. e o trato destinado a ele é adultocêntrico e tutelar. Além disso, os estudos também apontam para a desproteção social da juventude, e, nesse contexto, como o grupo social que mais sofre com o desemprego<sup>7</sup>, tanto no acesso quanto na permanência no mercado de trabalho, além da precariedade das condições de trabalho e da baixa remuneração.

Sennett (2000), ao trazer uma análise das transformações do mundo do trabalho e das consequências do modo de produção flexível do capitalismo no contexto neoliberal, nos faz refletir sobre o “novo trabalhador” ou o “trabalhador moderno”, e, portanto, sobre novos modos de subjetividade, de mudanças de valores e de relações interpessoais como marcas do modelo flexível do capitalismo.

Com a leitura de Sennett (2000) é possível inferir que a produção de sujeito trabalhador no contexto neoliberal do capitalismo é uma produção de formas de ser e de pensar adaptáveis à dinâmica flexível, na qual os jovens são o segmento social mais afetado. Para o capitalismo a juventude é mais flexível, seja no sentido

de assumir riscos, como também no sentido de ser mais submissa, afinal, são os jovens que são o alvo da lógica capitalista de oferta de salários baixos em virtude da pouca experiência de trabalho.

Nas novas estruturas de poder e controle do capital, os jovens são mais domesticados por esse *ethos* flexível, pois que, sendo uma geração que se forja no bojo do novo modelo, é impelida a pensar de acordo com os novos valores produzidos pelo capitalismo, o que nos leva a refletir que se trata de uma produção social da juventude.

Tal reflexão pode ser dialogada com o que Félix Guattari (1996) compreende acerca da produção da subjetividade, afinal, esse autor a apreende no campo do concreto, como algo objetivo, devendo ser associada às condições objetivas da vida social. Desse modo, o autor distancia-se daquela concepção que encara o subjetivo no sentido volátil, como se cada indivíduo tivesse uma subjetividade, vinculada a uma ideia do psiquismo. Esta compreensão ajuda a reflexão deste estudo sobre juventudes trans e trabalho, posto que as condições objetivas concretas de vida de jovens trans são a base de produção desses sujeitos, isto é, da subjetividade social/coletiva desse segmento da sociedade, que experiencia processos de exclusão em virtude de sua expressão de gênero não hegemônica.

De acordo com Guattari e Rolnik (1996, p. 31), “os indivíduos são o resultado de uma produção de massa” e “a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro social”. Os processos do desejo se fazem pela linguagem, há uma produção de enunciados em relação à subjetividade. Portanto ele traz uma contribuição para o campo da economia subjetiva para além da economia política.

Para Guattari (1996), a produção de subjetividade é matéria-prima de toda e qualquer produção, é, pois, matéria-prima para os processos sociais, fazendo com que as subjetividades se capilarizem no conjunto das relações sociais. Portanto, as subjetividades (por exemplo, as subjetividades juvenis e as subjetividades masculina e feminina) são constituídas e constituintes pelo e no processo social.

Tomando isso como referência, Guattari (1996), superando um olhar dicotomizado do social, traz uma importante formulação para pensar a produção de sujeitos, e, especialmente neste estudo, para refletir sobre jovens trans, que é, de um lado, o *assujeitamento*, e, de outro, a *singularização*. Em outras palavras, o fato das subjetividades constituírem e serem constituídas pelo processo social implica, para Guattari (1996, p. 33), numa dinâmica social na qual o modo como os indivíduos vivenciam a subjetividade se dá por dois extremos: uma relação de opressão e alienação em que o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebeu, ou

uma relação de expressão e criação que é quando o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade, produzindo, assim, o que o autor chama de um processo de singularização, ou autonomização ou ainda “revolução molecular”.

A tentativa de controle social, através da produção da subjetividade em escala planetária, se choca com fatores de resistência consideráveis, processos de diferenciação permanente que eu chamaria de “revolução molecular”. Mas o nome pouco importa (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 45).

Tal apreensão é importante porque considera o sujeito em processo de diferenciação permanente. E é justamente esta possibilidade de movimento do sujeito entre a cultura normalizadora, codificada segundo “sistemas hierárquicos, sistemas de valores e sistemas de submissão”(GUATTARI; ROLNIK, 1996, p.16) e os processos de singularização, que traz o aspecto contributivo da formulação guattariana, qual seja, o de considerar a possibilidade de coabitarem múltiplas subjetividades.

Isso porque Guattari (1996) parte de uma definição ampla da subjetividade, que ele chama de subjetividade capitalística, para depois tratar dos modos de individuação da subjetividade, isto é, “quando a subjetividade se reconhece num corpo ou numa parte de um corpo, ou num sistema de pertinência corporal coletiva” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p.32). Afinal, o indivíduo está na encruzilhada de múltiplos componentes de subjetividade, e um desses componentes é o domínio da produção do poder.

A ordem capitalística é projetada na realidade do mundo e na realidade psíquica. Ela incide nos esquemas de conduta, de ação, de gestos, de pensamento, de sentimento, de afeto, etc. [...]

A ordem capitalística produz os modos das relações humanas até em suas representações inconscientes: os modos como se trabalha, como se é ensinado, como se ama, como se trepa, como se fala, etc. Ela fabrica a relação com a produção, com a natureza, com os fatos, com o movimento, com o corpo, com a alimentação, com o presente, com o passado e com o futuro - em suma, ela fabrica a relação do homem com o mundo e consigo mesmo (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p.42)

Importante, destarte, trazer aqui a crítica à formatação da sociedade e da subjetividade social/coletiva, sobretudo no campo das expressões de gênero. Há uma

reflexão interessante de Guattari (1996) quando adverte que há processos de singularização que são tão difíceis que acabam sendo abortados, mas apesar do fracasso desses processos eles expressam tentativas de rupturas com a subjetividade capitalística. Tais tentativas expressam reapropriações dos “processos maquímicos”, que, para Guattari, não se referem apenas aos instrumentos técnicos do campo da produção, mas também máquinas teóricas, máquinas literárias, de sensibilidade etc.

Nesse sentido, apesar de uma base macrossocial que padroniza, que produz verdades, que fabrica lugares e não lugares de gênero, as pessoas que vivenciam uma diversidade de gênero, que estão nessas fronteiras, ao se singularizarem, criam fissuras na teia social normalizadora e rompem com os binarismos e os padrões.

Essa linha de pensamento é também possível, tomando como base a analítica de poder de Foucault, já que o poder é exercido pelos sujeitos e tem efeitos sobre suas ações. O exercício do poder se faz por “técnicas” e “manobras” que podem ser aceitas ou transformadas, absorvidas e resistidas. Para Foucault, o exercício do poder se processa entre sujeitos que são capazes de resistir, do contrário, seria uma relação meramente de violência. Conforme suas próprias palavras “lá onde há poder, há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (FOUCAULT, 1988, p.91).

É válido refletir, portanto, juntamente com Guattari (1996), que esses sujeitos vivem processos de singularização pela capacidade de se automodelarem, construindo seus próprios tipos de referências práticas e teóricas, sem depender do poder global a nível econômico, técnico, de saber, de tipos de prestígios socialmente difundidos.

O que estou chamando de processo de singularização é algo que frustra esses mecanismos de interiorização de valores capitalísticos, algo que pode conduzir à afirmação de valores num registro particular, independente das escalas de valor que nos cercam e espreitam de todos os lados (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p.47)

Ainda sobre a importância da formulação de Guattari (1996) é que ele redimensiona a ideia de fixidez e de negatividade do poder. O autor parte da ideia de “uma economia coletiva, de agenciamentos coletivos de subjetividade, que, em algumas circunstâncias, em alguns contextos sociais, podem se individualizar” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p.33). Nesse sentido, a subjetividade é essencialmente social sendo vivida pelos indivíduos em suas existências particulares.

Por essa forma, é possível pensar que a constituição das subjetividades obedece às dinâmicas empreendidas pelas relações de gênero, de classe, raça/etnia e podem se expressar através da justaposição de subjetividades singularizadas, a depender do contexto.

### Considerações finais

Ainda são escassos os estudos que tratem da inserção e permanência de jovens trans no mercado de trabalho, entretanto já acenam para o fato de que esta população conforma ocupações no âmbito da informalidade e da precarização no setor de serviços (*telemarketing*, beleza, alimentos, etc), além da prostituição, sobretudo de jovens mais pobres, sem escolarização e geralmente expulsos/as de casa. A discriminação obstaculiza a contratação e permanência de jovens em ocupações formais, que reconheçam seus direitos trabalhistas.

Não obstante o mercado de trabalho brasileiro ter sentido um crescimento significativo do emprego nos últimos dez anos, a população ocupada brasileira, já desde 2015, vem sofrendo expressiva redução e, nos dias de hoje, nos deparamos com um quadro brasileiro de aumento galopante do desemprego. Dentro deste contexto, estudos recentes apontam que os jovens são os que mais sofrem o desemprego pela pouca ou falta de experiência laboral<sup>8</sup>. Há que se refletir que às juventudes aqui discutidas, soma-se, ainda, fazendo um trocadilho, *a pouca ou falta de inteligibilidade de gênero*, afinal, no campo dos binarismos de gênero, as normativas para o ser mulher e o ser homem são as normativas que dão base a uma inteligibilidade ao gênero. Centraliza-se na anatomia da genitália de nascença o único disparador para se definir o pertencimento do gênero masculino e feminino, além da heteronormatividade.

Eleger o mundo do trabalho como uma expressão dos processos de discriminação que as juventudes trans vivenciam foi uma escolha analítica nesse artigo, que, na verdade, vem acompanhada de outra: o direito ao nome de acordo com sua expressão de gênero. Para a igualdade de direitos, o direito ao nome é passaporte para todos os outros direitos, porque em sentido lato, é o direito de existir. A constância de um nome civil em seus documentos não condizer com sua aparência social faz emergir a necessidade de retificação do registro civil<sup>9</sup> como uma questão central para a entrada no mercado de trabalho. Sem o nome civil de acordo com seu gênero, as juventudes trans acabam por postergar projetos profissionais no trabalho formal, “preferindo” o trabalho informal. Temos aí um paradoxo da proteção, isto é, para se sentirem protegidas dos constrangimentos,



xingamentos, perseguições e violências cotidianas do mercado de trabalho, são levadas ao mercado informal, encontrando-se, por outro lado, desprotegidas do abrigo das leis trabalhistas.

O debate que o artigo se propôs, embora no campo da reflexão teórica, partiu de alguns achados empíricos dos meus estudos e pesquisas sobre juventudes trans<sup>10</sup>. Tenho identificado que o mundo do trabalho para jovens trans se figura como um campo minado, uma expressão em alusão a um jogo de computador, cuja denotação é a de que estar no mundo do trabalho é estar num campo de minas sob um sentimento constante de tensão, no qual a qualquer momento alguma mina seja detonada, já que o mercado de trabalho não aceita corpos que fogem à inteligibilidade de gênero.

Vale dizer que, quando inseridas no mercado de trabalho formal, o setor de serviços fica em evidência, e, do conjunto de atividades deste setor, o telemarketing ganha proeminência para as juventudes mais escolarizadas, já que são postos de trabalho que exigem maior escolaridade. Estudos da Sociologia do Trabalho<sup>11</sup>, combinados a minha observação dessa população, evidenciam que o telemarketing tem sido um grande nicho de ocupação da juventude trans, atravessando, assim, o perfil que representa a maioria da classe trabalhadora nesse setor, qual seja, o de jovens, mulheres, negros/as e LGBTs. São poucos os registros que se tem de empresas que respeitam o nome social, mas nesse setor, esta questão se destaca, com a existência de uma política de uso do nome social desde o momento da seleção/contratação ao processo de trabalho com o teleatendimento no relacionamento com o cliente da empresa<sup>12</sup>.

Nesse sentido, esses espaços laborais, embora imprimam formas degradantes de trabalho<sup>13</sup> e manifestem o interesse capitalista em contratar jovens trans por reconhecer a dificuldade que possuem de inserção profissional em outras áreas, justamente pelas suas corporeidades, também se forjam como um espaço de acolhida e conforto no sentido de satisfação do desejo de jovens trans corporificarem seu gênero e seu nome, transformando-se em uma alternativa de empregabilidade para esse segmento social.

Diante do exposto, apesar da representação social sobre os corpos jovens trans se figurar como corpos abjetos, também são corpos que resistem. Sua circulação na vida social contém em si um significado político e demonstra que, ao contrário de corpos que não deveriam existir – o que conferiria um estatuto de não sujeito – essas juventudes também se impõem como sujeitos e produzem novos signos, linguagens e interpretações no terreno dos gêneros, redesenhando a gramática corporal e identitária do ser jovem e reconfigurando o mercado de

trabalho, especialmente os postos de trabalho que os contratam, como é o caso do setor de serviços em *telemarketing*, que fora aqui recuperado como uma maneira de exemplificar a questão central deste artigo, de pensar as juventudes trans, suas subjetividades e corporalidades possíveis no mundo do trabalho.

Cabe concluir que, no percurso do texto foi possível nos aproximarmos de elementos teórico-conceituais para pensarmos a condição de opressão e exploração que jovens trans se inscrevem, bem como para refletirmos acerca das suas possibilidades de resistências. Ao abordar as condições objetivas de trabalho de jovens trans, atravessadas por processos de estigmatização e negação de direitos, procurei também dar relevo para as possibilidades de agenciamento do sujeito e seus próprios modos de subjetivação, uma vez que esses sujeitos não são meros espelhos de uma base macrossocial determinada. Conforme advertem Guattari e Rolnik (1996, p. 34), “não existe uma subjetividade do tipo “recipiente” em que se colocariam coisas essencialmente exteriores, as quais seriam interiorizadas”.

Por tudo que se desenvolveu até aqui, há relevância na apropriação da temática da subjetividade no Serviço Social, afinal, o capitalismo não apenas cria e recria a geografia do espaço como também produz sujeitos submetidos à lógica mercantil. Entendo ser importante darmos atenção à produção de sujeitos na contemporaneidade e pensarmos como as diferentes opressões e a exploração afetam diferentemente a diversidade de indivíduos sociais. Como asseveram Guattari e Rolnik (1996, p. 32):

o lucro capitalista é, fundamentalmente, produção de poder subjetivo. Isso não implica uma visão idealista da realidade social: a subjetividade não se situa no campo individual, seu campo é o de todos os processos de produção social e material (GUATTARI e ROLNIK, 1996, p. 32).

## Referências

ANTUNES, R; BRAGA, R (Org). **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARÁN, M.; MURTA, D. **Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade**: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. *Physis – Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, 19(1), p.15-41, 2009.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BOTELHO, R. U; CORSEUIL, C. H. **Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA, 2014, 324 p.

BRASIL. **Política Nacional da Juventude: diretrizes e perspectivas**. Conselho Nacional da Juventude (Conjuve), Secretaria Geral da presidência da República, Fundação Friedrich Ebert. Brasília: CONJUVE, 2006.

BUTLER, J. **Corpos que pesam**: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G. (Org). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo horizonte: Autêntica, 1999.

CASTEL, Pierre-Henri. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “fenômeno transexual”(1910-1995). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n.41, p. 77-111, 2001.

DUARTE, M. J. O. **Subjetividade, Marxismo e Serviço Social**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n.101, p.5-24, jan/mar. 2010.

FOUCAULT, Michel. **Sobre a história da sexualidade**. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade**. A vontade de saber (vol.1). 11ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FRY, P. **Da hierarquia à igualdade**: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: **Para inglês ver**: identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, cap.IV, p.87-115, 1982.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: Cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

HARVEY, D. **O Enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

LAURETIS, T. **A tecnologia do gênero**. In: HOLLANDA, H. B. de (Org). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura.. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LOURO, G. L. **Nas redes do conceito de gênero**. In: LOPES, M. J. M., MEYER, D. E. e WALDOW, V. R. (Org). **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p. 7-18.

\_\_\_\_\_. **A emergência do gênero**. In: Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 6ª edição. (p. 14-36). Petrópolis: Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_. **Gênero e sexualidade**: pedagogias contemporâneas. Pro-Posições, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>>. Acesso em: maio de 2016.

MARINHO, Silvana. **Trajetórias em campo minado**: juventudes trans e o mundo do trabalho. [Dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2017.

MARX, K. A mercadoria. **O Capital**. Livro I, volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MEIJER, I. C.; PRINS, B. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n.1, p. 155-167, jan. 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2002000100009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100009)>. Acesso em: agosto de 2016.

PISCITELLI, A. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras**. Sociedade e Cultura, v.11, n.2, p. 263-274, jul/dez, 2008..

SARMENTO, M. J. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. **Revista Educação & Sociedade**, v.26, n.91, mai/ago 2005.

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil de análise da vida social. Porto Alegre: Educação e Realidade, 16(2), p. 5-22, jul/dez, 1990.

SENNETT, R. **Corrosão do Caráter**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, T. T. **A produção social da identidade e da diferença**. In: SILVA, T. T (Org.) **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

SILVEIRA, M. L. S. **Algumas notas sobre a temática da subjetividade no âmbito do marxismo**. Outubro, São Paulo, n.7, p.103-113, 2002.

WEEKS, J. **O corpo e a sexualidade**. In: LOURO, Guacira Lopes (Org). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, p.37-80, 2000.

## Notas

- 1 Mestranda em Serviço Social pelo PPGSS/UERJ. Bolsista FAPERJ – Programa Bolsa Nota 10. Integrante da Pesquisa “Direito ao trabalho e pessoas transexuais”, vinculada à FSS/UERJ e ao Laboratório Integrado de Diversidade Sexual e de Gênero, Políticas e Direitos (LIDIS), sob a coordenação do Prof. Dr. Guilherme Almeida. Brasil. E-mail: marinho.silvana@gmail.com.
- 2 Na acepção de Judith Butler, filósofa norte-americana, estudiosa da teoria *queer*, em entrevista à Prins e Meijer (2002), a abjeção de certos tipos de corpos, sua inaceitabilidade por códigos de inteligibilidade, manifesta-se em políticas e na política, e viver com um tal corpo no mundo é viver nas regiões sombrias da ontologia. Para ela, *corpos abjetos* são aqueles que não deveriam existir, tomando como referência determinada matriz cultural. Segundo Butler, corpos abjetos são aqueles cujas vidas não são consideradas vidas e cuja materialidade é entendida como não importante. Apesar deste artigo não ter como base a teoria *queer*, entendo que esse caminho argumentativo de Butler corresponde com estreiteza a relação entre pessoas trans e o mundo do trabalho.
- 3 Pessoas cisgêneras são aquelas que vivenciam o gênero em correspondência às expectativas sociais culturalmente construídas e atribuídas à genitália de seu nascimento.
- 4 Harry Benjamin (sexólogo) junto com Robert Stoller (psicanalista) e John Money (psico-endocrinologista) protagonizaram terapias de adequação do sexo ao gênero, representando os referenciais dos discursos médico-científicos sobre a pessoa transexual na segunda metade do século XX, conferindo à transexualidade o *status* de um problema médico-legal reconhecido e passível de tratamento (ARÁN; MURTA, 2009). Popularizou-se, ainda, o conceito de “identidade de gênero”, alavanca para a construção da interpretação da transexualidade como “transtorno de identidade de gênero” no DSM IV de 1994 (Manual de Diagnóstico e Estatísticas de Distúrbios Mentais da Associação Americana de Psiquiatria – APA), hoje catalogada como “disforia de gênero” no DSM V de 2013 e na Classificação Internacional de Doenças da OMS (CID 10. F64), na qual a disforia de gênero consiste no “desejo de viver e ser aceito enquanto pessoa do sexo oposto”. incluir cid nas referências
- 5 O primeiro registro que se tem da palavra transexual é do começo do século XX (CASTEL, 2001), mas isso não quer dizer que esses sujeitos não existiam e que não havia práticas e discursos de controle sobre eles como um desvio sexual. Esses discursos giravam em torno dos estudos sobre sexualidade, que, entre os séculos XIX - XX, eram da ordem biológica, sob domínio do campo da Medicina, formulando ideias de anormalidade e doença, sobretudo pela Sexologia. Tais estudos passam a se deslocar para o campo das Ciências Sociais, que de início sofrem influências da Sexologia, mas a partir da perspectiva do interacionismo simbólico na teoria sociológica os estudos deslocam a análise de que a dimensão da sexualidade não está na esfera individual (corpo e psiquismo), mas em constante interação social com os padrões sociais definidos, resultados de um conjunto de discursos dominantes e de representações sociais (WEEKS, 2000; FRY, 1982).
- 6 Trata-se de um termo inicialmente proposto no interior do feminismo negro inaugurado por Kimberlé Crenshaw, uma jurista da Universidade de Columbia, no sentido de refletir acerca

da complexidade da interação entre raça, gênero e classe, reforçando a desigualdade estrutural que mulheres negras vivenciam (PISCITELLI, 2008).

- 7 No âmbito mundial são 73 milhões de jovens desempregados. Tal marca do cenário internacional tem sido caracterizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como uma “crise do emprego juvenil” (BOTELHO; CORSEUIL, 2014).
- 8 Toma-se como exemplo o estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), como a Carta de Conjuntura sobre o Mercado de Trabalho, divulgada em junho de 2016, a qual destaca que são os jovens os que mais sofrem com o desemprego, uma taxa que subiu, para esse segmento da população, de 15,25% em 2014 para 20,89% em 2015, avançando para 26,36% em 2016.
- 9 Para fins de esclarecimento, de acordo com a Lei nº 6.015/1973, Lei dos Registros Públicos, institui-se a regra geral, no direito brasileiro, da imutabilidade ou definitividade do nome civil, estando prevista sua alteração apenas em casos excepcionais elencados pela referida lei à depender, ainda, de sentença judicial.
- 10 Destaca-se a dissertação de mestrado acadêmico do PPGSS/UIERJ, vinculada à linha de pesquisa Identidades, Cultura, Políticas Públicas e Serviço Social, a saber: MARINHO, Silvana. Trajetórias em campo minado: juventudes trans e o mundo do trabalho. [Dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2017.
- 11 Para mencionar alguns desses estudos, registro artigos de Sirlei Marcia de Oliveira “Os trabalhadores das centrais de teletatividades no Brasil: da ilusão à exploração” e de Selma Venco “Centrais de teletatividades: o surgimento dos colarinhos furta-cores?” no livro de Antunes e Braga (2009), *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. Incluir nas referências
- 12 É possível citar, nesse contexto, a Atento e a Contax, empresas com modelo de negócios pelo fornecimento de serviços e soluções com o cliente, podendo ser acessadas, respectivamente, pelos sites: <http://atento.com/pt/quem-somos/somos-atento/>. <http://www.contax.com.br/a-contax/nosso-proposito/>. Acesso em: fevereiro/2017.
- 13 Como denunciam os estudos sobre o setor. Antunes e Braga (2009) demonstram que o trabalho virtual, especialmente o *telemarketing*, logra um acúmulo lucrativo sob formas de trabalho terceirizado e sob condições de trabalho degradantes e insalubres que acometem a saúde dos/as trabalhadores, sendo várias as doenças de trabalho já catalogadas do setor.

**Artigo recebido no mês de março de 2017 e aceito para publicação no mês de maio de 2017.**

